

CONCURSO PÚBLICO POMBOS (PE) - 26/11 - GCM



GUARDA CIVIL MUNICIPAL :: TARDE

igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de **ELIMINAÇÃO** do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens a seguir.

01. Segundo a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), iniciada a situação de violência doméstica e familiar contra a mulher após o ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável, a ação será preferencialmente encaminhada para o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, independentemente de onde estejam.
02. Deixar o condutor envolvido em sinistro com vítima de adotar providências para remover o veículo do local, quando determinadas por policial ou agente da autoridade de trânsito, é uma infração leve.
03. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam submetidos a regime de dedicação exclusiva, sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento e subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.
04. O ato de inovar artificiosamente, em caso de sinistro automobilístico com vítima, na pendência do respectivo procedimento policial preparatório, inquérito policial ou processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito ou o juiz, é punível com pena de detenção.
05. A qualidade no atendimento ao público interno e externo busca a excelência no relacionamento e prestação de serviços. Existem diversos tipos de atendimento ao público, como o presencial, por telefone, por e-mail e via chat, todos os tipos de atendimento têm a mesma características e formas de interação.
06. Atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias é uma infração média.
07. A morfina é um alcaloide derivado da cocaína, em forma de líquido incolor, e tem alta capacidade de gerar dependência química.
08. Transportar crianças em veículo automotor sem observância das normas de segurança gerais ou especiais estabelecidas no Código de Trânsito é uma infração média.
09. O crack tem maior potencial de vício em relação à cocaína.
10. Segundo a Lei nº 9.605/98, embora seja possível a pessoa jurídica cometer ilícitos, não é possível atribuir responsabilização penal à pessoa jurídica infratora, pois é impossível exigir que a pessoa jurídica infratora cumpra pena restritiva de liberdade.
11. As informações da operação de infiltração serão encaminhadas diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, que zelará por seu sigilo.
12. O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer quando indispensável para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, mesmo que não haja o consentimento do titular.
13. Estacionar o veículo nas esquinas e a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal é uma infração média.
14. A pena do crime de feminicídio será aumentada de 1/3 a 2/3, se o crime for praticado durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto ou, ainda, quando praticado em descumprimento das medidas protetivas de urgência.
15. Segundo a Constituição Federal, todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que devidamente autorizado e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e horário. Faz-se necessário ainda, para que a reunião ocorra, que sejam atendidas as exigências realizadas pela autoridade competente.
16. Dirigir sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança é uma atitude que constitui infração leve.
17. Compete à Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.

18. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, em engenharia de tráfego, em engenharia de campo, em policiamento, em fiscalização, em renovação de frota circulante e em educação de trânsito.
19. Transitada em julgado a sentença condenatória que suspendeu a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em vinte e quatro horas, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação.
20. Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados apenas à autoridade policial e ao Ministério Público.
21. Aos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas no Código Penal e no Código de Processo Penal.
22. Deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança, conforme previsto no art. 65 do Código de Trânsito, constitui uma infração grave, com penalidade de multa.
23. Em função da gravidade dos delitos e por razões de política criminal, todos os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento são punidos com pena de reclusão.
24. Na hipótese de cometimento de crime de discriminação, por intermédio de meios de comunicação, em desfavor de pessoa em razão de sua deficiência, o Juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, o recolhimento ou busca e apreensão dos exemplares do material discriminatório.
25. O certificado de registro de arma de fogo será expedido pelo SINARM e será precedido de autorização da Polícia Federal, que também tem a atribuição de conceder o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência.
26. Dentre os deveres do funcionário público, está a necessidade de atuar de maneira ética, que por sua vez engloba a necessidade de agir com isonomia, lealdade, responsabilidade e, ainda, manter sigilo das informações internas que exigem confidencialidade.
27. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.
28. O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) é composto pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal e pelos agentes penitenciários. O comando legislativo da Lei nº 13.675/18 não inclui expressamente as guardas civis municipais como órgãos integrantes do SUSP, embora tenham sido reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal como integrantes da segurança pública.
29. Para conduzir veículo destinado à condução de escolares, o condutor deve satisfazer os seguintes requisitos: ter idade superior a 25 anos; ser habilitado na categoria D; não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 últimos meses; ser aprovado em curso especializado, nos termos de regulamentação do CONTRAN.
30. A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme disposto na Constituição de 88.
31. Se o réu for reincidente, o juiz aplicará a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.
32. Deixar o condutor envolvido em sinistro com vítima de identificar-se ao policial e de lhe prestar informações necessárias à confecção do boletim de ocorrência é uma infração de trânsito, cuja penalidade é de multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir.
33. Quando o curador se apropria de proventos de pessoa com deficiência, ele está cometendo crime previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e incide na penado do referido crime, causa de aumento de pena.
34. À luz do Art. 171 do Código de Trânsito, usar o veículo para arremessar água ou detritos sobre os pedestres ou demais veículos é uma infração leve e a penalidade é de multa.
35. A avaliação da deficiência, que é obrigatória em qualquer circunstância, sempre ocorrerá através de análise biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
36. A criminalística é marcada pela multidisciplinariedade e se presta a analisar e interpretar elementos materiais e vestígios. Quanto ao assunto, o código de processo penal prevê que é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, nas infrações que deixarem vestígios.
37. Não há crime na Lei Maria da Penha, uma vez que o referido diploma legislativo apenas cria mecanismos de política criminal que visam a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Os eventuais crimes cometidos contra a mulher em razão do gênero estão espalhados nos demais diplomas legislativos.
38. Segundo a Constituição Federal de 1988, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral de Justiça, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, deverá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para o Superior Tribunal de Justiça.
39. A infiltração de agentes de polícia, para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente, necessita de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada e não poderá exceder o prazo de 120 dias.
40. Segundo a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), as medidas protetivas de urgência serão registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, no prazo de até 48h, garantido o acesso do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas.
41. É considerada gravíssima a infração administrativa de transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação estabelecida pela autoridade competente.

42. Compete às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal, executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
43. O crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor é punível com pena de reclusão.
44. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto, dentre outras exigências, a de que o veículo seja submetido a inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.
45. Deixar o condutor envolvido em sinistro com vítima de adotar providências, podendo fazê-lo, no sentido de evitar perigo para o trânsito no local, é uma infração gravíssima com penalidade de multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir.
46. As associações poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial, que não depende da ocorrência do trânsito em julgado para gerar efeitos imediatos.
47. Na infiltração virtual de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente, o agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados.
48. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro.
49. É competência do SINARM cadastrar os armeiros em atividade no país, bem como conceder licença para exercer a atividade.
50. O SUSP é coordenado pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública.
51. Os tratados e convenções internacionais que versarem sobre direitos humanos e que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
52. A cocaína é um alcaloide de ação estimulante, extraído das folhas da coca. O vegetal é um arbusto sul-americano.
53. Segundo a Constituição Federal, partido político com representação no Congresso Nacional tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.
54. Deixar o condutor envolvido em sinistro com vítima de preservar o local, de forma a facilitar os trabalhos da polícia e da perícia, é uma infração gravíssima.
55. O crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor é punível com pena de detenção.
56. O equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo é um dos equipamentos necessários no veículo destinado à condução de escolares.
57. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, a depender da pena prevista, é perfeitamente possível aplicar a Lei 9.099/95.
58. Deixar o condutor envolvido em sinistro com vítima de prestar ou providenciar socorro à vítima, podendo fazê-lo, é uma infração gravíssima.
59. Segundo o Código Penal, pratica o crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, aquele que pratica ato capaz de produzir o contágio, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado.
60. José, primário, que não integra organização criminosa, transferiu Maria, mediante grave ameaça, para outro estado do Brasil, com a finalidade de submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo. Diante das circunstâncias do caso descrito acima, é correto afirmar que José cometeu o crime de tráfico de pessoas, e a respectiva pena deverá ser reduzida de um a dois terços.
61. Segundo a Lei 11.343/06, para fins de reconhecimento do tráfico privilegiado, faz-se necessário que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.
62. É punível com a pena de reclusão, a conduta de pescar mediante a utilização de explosivo ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante.
63. Segundo a Lei 11.343/06, a conduta de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem, é punida com a mesma pena aplicável às condutas de induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga.
64. A Lei 11.343/06 descreve quais são as drogas ilícitas e quais são as drogas lícitas.
65. Disputar corrida em vias públicas é uma infração gravíssima e a penalidade inclui multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir.
66. Segundo o Código Penal, o crime de abandono de incapaz, previsto no art. 133, será considerado qualificado quando o abandono ocorrer em lugar ermo.
67. Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos, é uma infração grave.
68. Segundo a Lei nº 9605/98, abusos, maus tratos, ferimentos e mutilações, empregados contra cães e gatos serão punidos de forma mais severa do que quando praticados contra outras espécies de animais domésticos.
69. Os crimes previstos na Lei nº 10.741/03 são todos de ação penal pública incondicionada. Constitui-se crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa.
70. O LSD é uma droga alucinógena, semissintética, extraído da ergotina do centeio.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

71. Está correta a sintaxe da seguinte função do Microsoft Excel: =PROCV(D1;A:B;2;VERDADEIRO). De acordo com essa fórmula, a matriz_tabela A:B possui informações relevantes para o usuário do programa.
72. A diferença entre conjuntos corresponde aos elementos de um conjunto que não está no outro conjunto.
73. Tratar os cidadãos com atenção e respeito, especialmente quando se encontram em situações de risco ou após terem sofrido algum trauma, é um exemplo de atitude ética.
74. Considerando conjuntos quaisquer X e Y, de modo que X está contido em Y e Y está contido em X, está correto afirmar que todos os elementos de X são iguais a todos os elementos de Y.
75. As extensões “.jpg”, “.mp4” e “.gif” são exclusivas dos arquivos de texto produzidos no Microsoft Word, nas versões posteriores a 1996.
76. O radical é a parte da palavra que contém o seu significado básico e os substantivos simples são formados por apenas um radical, como se pode observar em: casa, carro e camiseta.
77. É possível combinar mais de um tipo de fórmula no Excel. Por exemplo, uma forma correta e possível de juntar as funções SE e Média é: =SE(A3>MÉDIA(A1:A2);"caro";"barato").
78. Um círculo com raio igual a 31 cm terá uma área maior que 2.980 cm², se considerarmos o valor de Pi igual a 3,1415.
79. Nos primórdios da região onde hoje localiza-se o município de Pombos (PE), foram construídas algumas casas nas margens do rio Água Azul. Esse povoado foi então chamado de Tubibas.
80. Na equação $10X - 17 = 167$, o valor de X corresponde a um número ímpar, maior que 7 e menor que 23.
81. O relevo de Pombos (PE) faz parte da unidade das Superfícies Retrabalhadas, que é formada por áreas sem intervenção humana, com relevo bastante úmido e vales rasos.
82. É dever do servidor público solicitar para si ajuda financeira não prevista em lei ou regulamento como condição determinante para o cumprimento da sua missão profissional na instituição.
83. Na sentença “Joaquim estudou muito, mas não conseguiu aprovação no concurso”, o conectivo lógico utilizado expressa ideia de condicionalidade.
84. Seja o conjunto M representado por $M = \{0, \{0\}, 1, \{1\}\}$, é correto dizer que $\{0\}$ pertence a M.
85. Utiliza-se o “S” nos adjetivos terminados pelos sufixos -oso / -osa que indicam grande quantidade, estado ou circunstância: bondoso, feiosa, oleoso.
86. São exemplos de proparoxítonas que recebem acento circunflexo: Amazônia, Antônio, blasfêmia, fêmea, gêmeo, gênio e tênuê.
87. A diferença entre os conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a A e não pertencem a B.
88. Por padrão, a barra de ferramentas do Microsoft Word está localizada na margem inferior da tela e compreende os menus Layout e Referências.
89. No Microsoft Excel, a função =MAIOR(A1:E1;2) retornará os 2 (dois) maiores valores descritos no intervalo considerado (A1:E1).
90. Se um capital de R\$ 2.780 rendeu 1,30% ao mês, durante 5 meses, em regime de juros compostos, então, ao término desse período, o montante acumulado é superior a R\$ 3.042.
91. Nos substantivos uniformes, somente um termo especifica os dois gêneros (masculino e feminino), sendo classificados em: epiceno, sobrecomum e comum de dois gêneros.
92. Um semicírculo plano com diâmetro de 16 metros terá uma área equivalente a 26π m².
93. Agir sem abuso da própria autoridade e desestimular comportamentos, falas e atitudes discriminatórias são exemplos de comportamentos éticos.
94. Se um produto que custava R\$ 500 foi vendido com um desconto de 37%, então o cliente deverá pagar menos de R\$ 342 por ele.
95. Enquanto a regra atual da Língua Portuguesa determina que o acento agudo é utilizado em palavras proparoxítonas apenas para indicar a sílaba mais forte; nas palavras oxítonas esse acento é usado para indicar quando o vocábulo é um verbo.
96. São exemplos de características próprias de um monitor com defeito em um computador, mesmo após mudanças na configuração do equipamento: cores específicas que não são exibidas; luminosidade insuficiente, manchas na tela que impedem a reprodução de imagens e não podem ser “limpas”; partes da tela que não exibem imagens.
97. Considere que 25 máquinas realizam, juntas, 40 operações a cada 8 horas. Se aumentarmos em 20% o número de máquinas, então serão realizadas mais de 162 operações a cada 24 horas.
98. À luz do Novo Acordo Ortográfico, passam a ser artigos indefinidos: meu, minha, nós, aquilo.
99. Uma forma de cultivar uma atitude ética no ambiente de trabalho é adotar, no dia a dia, atitudes de promoção das injustiças e de discriminações entre os servidores da instituição.
100. Um exemplo de conjunto formado por letras e números naturais é dados por: $G = \{a, 3, 7, g, d, 1, 0\}$.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO